

Nathalia Geovanna Cardoso Marques

Relações entre Educação Infantil e constituição da Personalidade:

Uma Pesquisa Bibliográfica

Uberlândia

2019

Nathalia Geovanna Cardoso Marques

Relações entre Educação Infantil e constituição da Personalidade:

Uma Pesquisa Bibliográfica

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Pereira de Lima.

Uberlândia

2019

Nathalia Geovanna Cardoso Marques

Pesquisa Bibliográfica: Educação Infantil e constituição da Personalidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Luciana Pereira de Lima

Banca Examinadora

Uberlândia, 08 de julho de 2019

Prof.^a Dr.^a Luciana Pereira de Lima

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia - MG

Prof.^a Dr.^a Cirlei Evangelista Silva Souza

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia - MG

Prof. Dr Ruben de Oliveira Nascimento

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia - MG

Uberlândia

2019

RESUMO

No Brasil, as legislações nacionais, afirmam o direito da criança de 0 a 5 anos a Educação Infantil que promova seu desenvolvimento integral. Apesar dos avanços legais, a atuação da Educação Infantil frente ao desenvolvimento integral da criança e, mais especificamente, ao desenvolvimento da sua personalidade, ainda é um desafio e demanda investigações acadêmicas. Nesse cenário, a presente pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, fundamentada na Psicologia histórico-cultural, teve como objetivo realizar levantamento e análise de produções científicas nacionais sobre a Educação Infantil e a constituição da personalidade. O levantamento foi realizado de 2018 a 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia, visando a seleção de artigos científicos, no idioma português, versão online e publicados no período de 1996 a 2019. A partir da análise qualitativa dos artigos levantados (n=273), foram identificados poucos estudos sobre a temática (n=6) e construídas categorias de análise para a discussão e apresentação dos dados, a saber: 1) Produção acadêmica sobre a Educação Infantil e personalidade; 2) Concepções sobre personalidade; 3) O papel do brincar na constituição da personalidade; 4) Propostas pedagógicas e a constituição da personalidade. As análises dos dados apontaram variabilidades nas concepções de personalidade e no papel do brincar em sua constituição, e indicaram a importância da prática pedagógica como promotora do desenvolvimento da personalidade. Consideramos a necessidade de novos estudos que explorem outros aspectos relativos a temática e que possibilitem a (re)construção de conhecimentos científicos na área, contribuindo com a melhoria do processo educativo e a construção da personalidade da criança na Educação Infantil.

Palavras-chave: Personalidade; Educação Infantil; Creche; Pré-escola.

ABSTRACT

In Brazil, national laws affirm the right of children from 0 to 5 years of age to promote their integral development. Despite legal advances, the role of Early Childhood Education in the development of the child and, more specifically, the development of his personality, is still a challenge and demands academic research. In this scenario, the present qualitative bibliographical research, based on historical-cultural psychology, had the objective of surveying and analyzing national scientific productions on Early Childhood Education and the constitution of personality. The survey was carried out from 2018 to 2019, in the Virtual Library in Health-Psychology, aiming at the selection of scientific articles in the Portuguese language, online version and published in the period from 1996 to 2019. From the qualitative analysis of the articles surveyed ($n = 273$), few studies on the subject were identified ($n = 6$) and categories of analysis were constructed for the discussion and presentation of the data, namely: 1) Academic production on Infant Education and personality; 2) Conceptions about personality; 3) The role of play in the constitution of personality; 4) Pedagogical proposals and the constitution of the personality. The analysis of the data pointed to variabilities in the conceptions of personality and the role of play in its constitution, and indicated the importance of the pedagogical practice as a promoter of personality development. We consider the need for new studies that explore other aspects related to the theme and that enable (re) construction of scientific knowledge in the area, contributing to the improvement of the educational process and the construction of the child's personality in Early Childhood Education.

Keywords: Personality; Child education; Nursery; Pre school.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Educação Infantil no Brasil	7
1.2. Educação Infantil como contexto de desenvolvimento.....	11
1.3. Educação Infantil e o Desenvolvimento da Personalidade.....	15
2. OBJETIVO.....	18
3. METODOLOGIA.....	19
3.1. Pressupostos Teórico-metodológicos	19
3.2. A construção do corpus da pesquisa	20
3.2.1. Levantamento de trabalhos científicos, na Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia (BVS-PSI).....	20
3.2.2. Seleção dos artigos científicos relacionados com a temática do estudo	22
3.2.3. Análise qualitativa dos artigos científicos que discutem temáticas relacionadas à Educação Infantil e constituição da personalidade da criança.	23
3.3 Procedimentos de análise de dados	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1. Produção Acadêmica sobre a Educação Infantil e Personalidade	24
4.2. Concepções sobre Personalidade	27
4.3. O papel do brincar na constituição da Personalidade.....	29
4.4. Propostas Pedagógicas e a Constituição da Personalidade.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

1.1. Educação Infantil no Brasil

No Brasil, o atendimento institucional de crianças de 0 a 6 anos teve seu início no fim do século XIX, tomando como modelo o sistema educacional de países europeus, onde, escolas maternais, consideradas de caracteres auxiliares, eram direcionadas para os filhos de mães empregadas, crianças desamparadas e órfãs; e os jardins de infância, de caracteres educacionais, eram destinados às famílias de classe alta (Nunes, Corsino & Dionet, 2011).

Nessa época, o processo de constituição da Educação Infantil vinculou-se, principalmente, às mudanças que ocorreram no papel atribuído às mulheres, nos contextos sociais e familiares, especialmente entre as classes de baixa renda, sobretudo nos aspectos ligados à educação das crianças (Oliveira, 1988).

Devido ao crescente processo de urbanização no país, a conjuntura familiar passou por mudanças significativas. A mulher, antes responsável pelo trabalho doméstico e educação dos filhos, assumiu o papel de exercer funções assalariadas para sustentar a família. A partir disso, a creche foi reconhecida pelo Estado e pela sociedade como um sistema de atendimento à pobreza, voltado para cuidados básicos e distante de uma proposta desenvolvimental e educacional (Oliveira, 1988). Com visões diferentes a respeito de seu papel na sociedade, o atendimento a criança, em sua maioria, estava ligado unicamente à função de amparar famílias de baixa renda, dispondo de locais precários, com grande número de crianças, e com funcionários em número insuficiente e sem formação específica (Brasil, 1998).

A demanda por maior acesso às instituições de atendimento à infância e a pressão das camadas populares, por meio de movimentos sociais e feministas, contribuíram para que ocorressem avanços no oferecimento da Educação Infantil, no que tange à oferta de vagas e à

qualidade dos serviços disponibilizados nas creches e pré-escolas. Pesquisas realizadas por diversos setores acadêmicos, como estudos científicos na área da infância, foram influenciados e influenciaram avanços legais na área, contribuindo também para a discussão da Educação Infantil como espaço de desenvolvimento humano.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a Educação Infantil passa a ser reconhecida como direito da criança e da família e dever do Estado.

A Constituição Federal (Brasil, 1988, p.146), declara que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p.146).

Dessa forma, os preceitos constitucionais indicam a educação como direito da criança, e dever do Estado. Em consonância com a Constituição Federal (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990, p. 46) indica que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passou a ter como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996). Sendo assim, o Estado passa a reconhecer legalmente o atendimento institucional à criança de 0 a 6 anos como primeira etapa do ensino básico (Kuhlmann Jr., 2000).

Em 2009, com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), a Educação Infantil passa a ser definida:

Como primeira etapa da educação básica, se caracterizando como um tipo de atendimento oferecido à criança em Creches e Pré-escolas, sendo as mesmas espaços institucionais não domésticos, públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, 2009).

Pode-se dizer que os avanços legais refletiram e embasaram a construção de novas significações sobre infância e educação, no âmbito científico, estimulando mudanças significativas nas instituições de Educação Infantil. Locais vistos anteriormente como uma solução emergencial para uma sociedade em evolução, passaram a ter como meta uma atuação em uma perspectiva educativa, em prol do oferecimento de um ambiente superior ao assistencialista, apto ao desenvolvimento infantil, considerando as especificidades de cada fase do desenvolvimento das crianças.

Nesse cenário, defende-se a ideia de que as crianças recebidas nas instituições de Educação Infantil, vivenciam um momento singular do desenvolvimento humano, marcado por importantes aprendizagens como: “a mobilidade, linguajar, a formação da imaginação e da capacidade de fazer de conta e de representar usando diferentes linguagens” (Brasil, 2013 p. 86). Dito isso, segundo Martins, Abrantes e Facci (2016), as instituições que atendem ao público infantil, devem desempenhar o papel de direcionar as práticas rotineiras voltadas aos cuidados básicos como higiene e alimentação, tornando-as propositalmente disparadoras do desenvolvimento da criança (Martins, Abrantes & Facci, 2016).

Ainda que se compreenda que o potencial fisiológico da criança atue nas aquisições de habilidades, como ser empática com outras crianças, decorar versos, diferenciar cores, passar imagens para o papel, entende-se que estas não são organicamente determinadas, desenvolvidas com os processos de amadurecimento do corpo, mas características que se

desenvolverão a partir da relação constituída com diferentes pessoas. Tal desenvolvimento ocorre, pois será por meio das relações humanas, estabelecidas em atividades conjuntas com adultos ou com seus pares, que a criança altera seu raciocínio, suas atitudes e a sua maneira de perceber o mundo. Com isso, compreende-se que creches e pré-escolas, visando contribuir com a aprendizagem e com o desenvolvimento da criança, devem dedicar-se às práticas educativas que articulam as experiências singulares da criança, vivenciadas também no ambiente familiar, com didáticas que objetivam a facilitação para que novas características sejam desenvolvidas (Brasil, 2013).

Entretanto, mesmo diante dos progressos legais e científicos que deram novos sentidos à infância e à Educação Infantil, reconhecendo as creches e as pré-escolas como contextos educacionais, a maneira como a Educação Infantil é vista socialmente na atualidade ora caminha em uma perspectiva assistencial, ora contempla as perspectivas assistenciais e educacionais.

Um estudo realizado por Pacheco e Dupret (2004), com 819 usuárias dos serviços de creche ofertados por Programa da prefeitura do Rio de Janeiro, aponta que 76% das famílias matricularam suas crianças devido a entrada da mãe no mercado de trabalho, sendo que apenas 7,6% alegaram que a inserção da criança na creche ocorreu em função da importância desse espaço para o desenvolvimento infantil. A partir da pesquisa citada, fica evidente que ainda há uma busca elevada por parte dos familiares pelos serviços da creche como unidade assistencialista.

A defesa da Educação Infantil como instituição com foco assistencial, por professores, também é constatada por estudos na área, como relatados em uma revisão bibliográfica realizada por Paschoal, Moreno, Oliveira e Barros (2016), na qual havia o interesse de investigar o trabalho pedagógico a partir da concepção dos educadores que atuam

em berçários. A pesquisa constatou que ainda existe uma grande preocupação dos profissionais somente com a higiene e segurança física dos bebês.

Já Garcia, Silva, Zanon Henicka e Freire (2012), ao realizarem uma pesquisa com o objetivo de investigar questões relativas ao papel da Educação Infantil, junto a 14 professores de uma Escola Municipal de Educação Infantil situada no município de Alta Floresta-Mato Grosso, evidenciaram que os participantes do estudo concordam que a instituição é um espaço educativo, tendo a concepção que ela possui o objetivo de cuidar e educar.

Evidentemente, a literatura científica aponta para um descompasso entre o ponto de vista legal e o que ocorre, por vezes, nas práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil. Apesar disso, os conceitos e ações que unem o cuidar e o educar, ressaltando o cuidado como parte inerente ao desenvolvimento educacional, vem se fortalecendo na Educação Infantil, possibilitando sua consolidação como um espaço de desenvolvimento integral da criança.

1.2. Educação Infantil como contexto de desenvolvimento

Do ponto de vista legal e científico, a Educação Infantil possui como objetivo a promoção do desenvolvimento motor, afetivo, cognitivo e social da criança, dedicando-se às práticas de cuidado e educação complementares aquelas promovidas no contexto familiar. A partir da investigação e da discussão da função e da importância dos contextos em que a criança está inserida para o seu desenvolvimento, Lev Semionovich Vigotski, fundador da psicologia histórico-cultural, contribuiu para a reflexão sobre o meio escolar e seu papel fundamental nesse processo.

Se referindo ao meio, Vigotski (1929) defendeu o pressuposto de que este possui especificidades que intrinsecamente circunscrevem o desenvolvimento do indivíduo. O autor menciona que é necessário abordá-lo a partir da ótica da natureza da ligação que a criança possui com ele em cada fase específica de seu desenvolvimento, para além da ideia do mesmo ser uma contingência do desenvolver da criança. Dessa forma, só é possível tornar clara a função do meio no processo de desenvolvimento do sujeito, à medida que se considera a relação entre personalidade da criança e o meio, unidos pela vivência.

Com isso, o contexto no qual a criança está inserida, como possivelmente a instituição de Educação Infantil, não deve ser olhado a partir da perspectiva de uma condição inerte e extrínseca ao processo de desenvolvimento do sujeito, mas entendido como volúvel e relacional. Na medida em que a criança se altera, altera-se também a forma com a qual o meio procede em relação a ela, tornando possível que o mesmo meio atue de novas formas em relação ao mesmo indivíduo. Dessa forma, é compreendido que o contexto tanto afeta quanto encaminha o desenvolver da criança e de suas funções psíquicas, como, por exemplo, as perceptivas e as sensitivas (Vigotski, 1929).

As funcionalidades perceptivas e sensitivas da criança surgem e se caracterizam na primeira-infância, sendo este um dos períodos atendidos na Educação Infantil. Em creches e pré-escolas, será por meio da manipulação, exploração e conhecimento dos objetos, que a criança expandirá suas funções sensoriais, e desenvolverá sua percepção através de atividades dirigidas, utilizando-se de artefatos como desenhos, músicas e jogos (Martins, Abrantes & Facci, 2016). Será por intermédio do ensino intencional, com atividades pensadas que possibilitem que a criança exerça funções cognitivas como “formas voluntárias da imaginação, da atenção, da memória e outras funções, mediadas pela linguagem” (Martins, Abrantes & Facci, 2016, p. 143), que se oportunizará a formação reguladora da conduta da criança. Será mediante a atividade agrupada, que o adulto, ao fazer uso de apetrechos em

determinadas ações, demonstrará o modo social pelo qual tais objetos foram construídos historicamente e como são representados socialmente. Entende-se que não será através do uso desordenado do objeto que a criança se apropriará de seu uso social. Com isso, a orientação do adulto surge como um exemplo prático para a criança, influenciando a forma como esta se envolve e exerce suas atividades, como o brincar (Martins, Abrantes & Facci, 2016).

Em creches e pré-escolas, o brincar é compreendido como principal atividade da criança, por meio da qual interage e atua no contexto em que está inserida. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, instituem que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira” (Brasil, 2009, p. 3). Para Vigotski (1998), a brincadeira é uma ação capaz de possibilitar que significados socialmente construídos sejam apropriados, bem como de aflorar novos significados sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

Nesse cenário, o educador da Educação Infantil deve estar apto a reconhecer a potencialidade de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nas variadas práticas efetivadas nas escolas, por meio do conhecimento dos estudos referentes ao desenvolvimento infantil e às suas características particulares. Deve, ainda, reconhecer a relevância da experiência lúdica como meio essencial para o domínio de habilidades tidas como primordiais para que a criança seja inserida de forma satisfatória em uma comunidade efetiva. (Oliveira, 2002).

Segundo Asbahr e Nascimento (2013), um aspecto importante do estudo do meio escolar, da atuação docente e suas influências no desenvolvimento infantil, está relacionado com o processo de aprendizagem, uma vez que a relação entre desenvolvimento e aprendizagem estabelece um parâmetro central sobre as principais indagações a respeito da prática pedagógica. Vigotski (1998) afirma que o processo de desenvolvimento é caracterizado por um amplo processo de parcerias entre fatores ligados ao biológico e ao

cultural, apontando que a aprendizagem se dará anteriormente ao processo de desenvolvimento, e ressaltando a relevância dos aspectos sociais e culturais de uma comunidade no processo de formação do indivíduo.

Vigotski argumenta que, buscando atuar nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento da criança, deve-se considerar a existência de dois níveis de desenvolvimento, que são caracterizados por um estágio de desenvolvimento efetivo, determinado pela capacidade que a criança possui de solucionar problemas independentemente; e um estágio de desenvolvimento iminente, demarcado pela capacidade de resolver problemas com ajuda de um sujeito mais experiente. Nesse cenário, torna-se possível, também ao educador, avaliar os processos de desenvolvimento da criança que já amadureceram, bem como despertar os que ainda se encontram em processo de maturação (Tosta, 2012).

A zona de desenvolvimento iminente permite que a criança amplifique aspectos no seu desenvolvimento. Será pela instrução, que ocorre nas e pelas interações sociais, que novos potenciais de desenvolvimento serão estimulados, que novas potencialidades se tornam parte do desenvolvimento autônomo da criança, e que novas funções psicológicas se consolidam. Segundo Tosta (2012), para o desenvolvimento das funções psicológicas do indivíduo são necessários mediadores que cumpram a função de gerar uma correlação entre a “realidade objetiva, externa, e o pensamento” (p. 60). Será ao passo em que a criança se apropria da cultura humana e se apodera dos agentes de uma mentalidade socialmente comum e das maneiras de ação sobre eles, que suas inúmeras potencialidades irão evoluir (Vigotski, 1995 com citado em Bissoli, 2005).

A teoria histórico-cultural também enfatiza o desenvolvimento da personalidade como proveniente do meio social e histórico, descartando-o como um processo natural do desenvolvimento, isto é, a constituição da personalidade se dará a partir da inserção

do sujeito desde o seu nascimento, nas relações sociais na comunidade, onde se apropriará de sua cultura e de suas representações (Bissolli, 2014). No ambiente escolar, a criança, a partir da relação com o outro por meio também de atividades deliberadas pelo educador em um ambiente facilitador, desenvolverá aspectos de sua personalidade, se constituindo como sujeito.

1.3. Educação Infantil e o Desenvolvimento da Personalidade.

Ao longo dos anos, as maneiras de se pensar em como ensinar o ser humano, estão ligadas à indispensabilidade de construí-lo em sua personalidade, formando sua individualidade (Bissoli, 2005). De acordo com a perspectiva Histórico-Cultural, a formação da personalidade,

[...] expressa, psicologicamente, a formação da individualidade humana. Nesse sentido, a formação da personalidade somente se torna possível à medida que cada pessoa tem a oportunidade de, na convivência com o outro, na interação e no diálogo, atribuir, aos fatos e objetos, sentidos próprios, diferenciando-se das outras pessoas, singularizando-se. É a atividade que possibilita a singularização e a capacidade de objetivar-se, de perceber-se como pessoa (Bissoli, 2005).

Segundo Bissoli (2014, p. 3), “a personalidade é um sistema constituído por distintas funções psicológicas que, integradas, caracterizam a forma peculiar de cada indivíduo atuar no mundo”. A personalidade é representada por certas atitudes específicas frente às situações, ou seja, por ações singulares de cada sujeito diante dos acontecimentos no seu contexto.

É nos primeiros anos de vida da criança, a partir de vivências em diferentes meios sociais, que se constituem os níveis iniciais da personalidade. É na infância que o sujeito compreende princípios morais e códigos de comportamentos e desenvolve formas

características de se manifestar, tomando assim, além da consciência do mundo externo e suas relações sociais, a autoconsciência (Leontiev, 1978).

Vigotski (1995) não se refere a construção da personalidade da criança por meio do social e do biológico como um composto entre as respectivas esferas, mas sim como um esquema singular de constituição. O autor ressalta o desenvolvimento cultural como aspecto sobreposto ao biológico, uma vez que estando no contexto social, o desenvolvimento orgânico tem seu progresso vinculado ao sócio-histórico. Será através do contato com o outro em diferentes meios, como o escolar, que a criança internalizará as formas de condutas sociais construídas historicamente e constitui sua singularidade (Martins, Abrantes & Facci, 2016).

Com isso, a prática pedagógica deliberada possui uma função essencial nesse processo. Educadores com embasamento teórico, que contribuem com a compreensão da infância e alteram a maneira de ensinar, possuem a função de agir positivamente no sistema de educação, o qual possui um papel fundamental na constituição da individualidade do sujeito (Bissolli, 2014). Ao reconhecer a Educação Infantil como fase primária de ensino, enfatiza-se seu papel fundamental para o desenvolvimento de recursos que possibilitarão que a criança se aproprie de elementos do mundo externo como parte de si mesma, contribuindo com o processo de construção da sua personalidade (Vigotski, 1998).

Realizar práticas pedagógicas, na Educação Infantil, que influenciam de forma eficaz o processo integral de crescimento do sujeito, de modo que promova a constituição da personalidade, demanda o conhecimento das especificidades de cada estágio do desenvolvimento e seu dinamismo, não se limitando a atuar diante de características já desenvolvidas, mas agindo sobre as capacidades que encontram-se em processo de elaboração no indivíduo (Bissolli, 2014).

Um estudo de caráter teórico bibliográfico realizado por Bissolli (2014), no qual havia o interesse em discorrer sobre a relação das práticas desenvolvidas na Educação

Infantil e a formação da personalidade, a partir dos pressupostos da teoria Histórico-Cultural, aponta para a importância de se estabelecer práticas deliberadas que atuem como promotoras da aprendizagem dos conceitos da cultura. A autora indica o ambiente escolar como local implicado na promoção do desenvolvimento da criança e de sua personalidade, e, ainda, destaca a atuação docente como ativa sobre o desenvolvimento da personalidade da criança, estando o profissional ciente ou não de sua interferência.

Ao considerarmos a relação da prática pedagógica com a formação da personalidade infantil, entendemos que a compreensão das escolas e dos educadores acerca do tema assume importância fundamental, dado que interfere na prática educacional. Recursos teóricos e científicos necessários para compreensão da contribuição do processo educativo intencional na construção da personalidade da criança, poderiam fundamentar debates e reflexões sobre o papel do educador e da escola no desenvolvimento infantil e, mais especificamente, na formação da personalidade da criança.

Nesse cenário, nos questionamos se e como a ciência vem abordando a discussão sobre o papel da Educação Infantil na constituição da personalidade da criança. Por conseguinte, as seguintes questões foram por nós levantadas: quais as produções científicas nacionais sobre a temática “Educação Infantil e personalidade”? Quais dados foram produzidos sobre o tema? Quais as teorias que embasam a discussão da personalidade na Educação Infantil? Quais contribuições trazem para a reflexão sobre o papel da Educação Infantil na atualidade?

2. OBJETIVO

A presente pesquisa tem por objetivo realizar um levantamento e análise das produções científicas nacionais sobre a Educação Infantil e a constituição da personalidade. A pesquisa buscou evidenciar estudos científicos que se dispõe a debruçar sobre o tema da Educação Infantil e a formação da personalidade. Com a pesquisa, indicamos e discutimos, em diálogo com os pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, os aspectos já explorados na ciência e quais outros poderão ser explorados em pesquisas futuras.

3. METODOLOGIA

3.1. Pressupostos Teórico-metodológicos

Para a realização deste estudo, foram adotados os pressupostos teóricos e metodológicos da perspectiva histórico-cultural, fundamentada nos conceitos de Lev Semionovich Vigotski.

Conforme discutido anteriormente, a teoria histórico-cultural adota a concepção de que o homem se constitui enquanto sujeito pela apropriação da cultura, a partir das relações sociais (Davis, Silva & Espósito, 1989). Para Vigotski, o “homem é um ser social, que fora da interação com a sociedade ele nunca desenvolverá em si aquelas qualidades e propriedades que desenvolveria como resultado do desenvolvimento sistemático de toda a humanidade” (Vinha & Welcman, 2010, p. 17-18). Tais interações sociais, fundantes para o desenvolvimento humano, ocorrem em diferentes meios sociais.

Vigotski, ao discutir a relação do meio com o desenvolvimento da personalidade da criança e as particularidades do ser humano, outorga a ele, o papel de provedor do desenvolvimento, ou seja, o meio desempenha a função de fornecedor perante o amadurecimento das funções superiores do indivíduo e seu comportamento. Sendo assim, partimos do entendimento de que a Educação Infantil se constitui como um dos meios possíveis de desenvolvimento das crianças. Creches e pré-escolas devem, portanto, possibilitar e promover interações que possibilitem às crianças a apropriação das produções culturais da humanidade, contribuindo para o seu desenvolvimento integral. Nesse cenário, são de grande relevância as ações realizadas nas e pelas instituições de Educação Infantil em relação à constituição da personalidade e ao desenvolvimento infantil (Vinha & Welcman, 2010).

Partindo de tais pressupostos, desenvolvemos uma *pesquisa bibliográfica* de cunho qualitativo. Segundo Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica consiste em um composto estruturado de métodos, aplicados ao eixo central de estudo, produzido com o objetivo de respaldar teoricamente o objeto a ser estudado, fornecendo conteúdos elementares que auxiliarão a avaliação dos materiais coletados. A pesquisa bibliográfica é também compreendida como um importante meio de construção científica, apta a originar suposições, principalmente em conteúdos inexplorados, servindo como ponto inicial para novas pesquisas.

3.2. A construção do corpus da pesquisa

Para a realização da presente pesquisa bibliográfica, foi necessário estabelecer procedimentos e critérios visando impulsionar e delimitar as buscas pelas produções científicas, garantindo-se o rigor metodológico. Sendo assim, a pesquisa foi realizada em três momentos, descritos a seguir.

3.2.1. Levantamento de trabalhos científicos, na Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia (BVS-PSI).

Para a escolha da plataforma pesquisada, foi considerada sua abrangência na indexação de bases de dados, na medida em que possibilitava uma busca concomitante em diversos veículos, a saber: *Periódicos Electrónicos em Psicología* (PePSIC); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Portal Regional BVS; BVS Brasil; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Na pesquisa na BVS-Psi, objetivou-se realizar uma busca de materiais relacionados à temática do estudo, partindo de um processo de seleção restrito de artigos científicos, publicados na íntegra, em língua portuguesa, em versão online, no período de 1996 a 2019. A escolha pelo levantamento dos artigos a partir do ano de 1996, consiste na importância legislativa e científica da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que constituiu-se como um importante marco histórico e político para a educação do país e, mais especificamente, para a Educação Infantil, conforme discutido anteriormente.

A princípio, com o objetivo de averiguar o maior número de materiais disponíveis vinculados ao tema, uma lista de terminologias foi consultada de acordo com o interesse da pesquisa, Brandau, Monteiro e Braile (2005) enfatizam a importância de realizar uma busca dos descritores, através do DeCs - Descritores em Ciência da Saúde, possibilitando a averiguação e recuperação do material, de forma ampla ou específica para a realização da pesquisa. Sendo assim, optamos por realizar uma busca geral aos DeCs. A partir da consulta dos descritores existentes, foram definidas as seguintes palavras-chave, referentes ao tema da pesquisa, conforme apresentado na Tabela a seguir:

Palavras-chave 1 (singular e plural):	Palavras-chave 2 (singular e plural) ¹ :
Educação Infantil Centro Infantil 0 a 3 anos 0 a 6 anos 4 a 6 anos Creche Pré-escola Pré-escolar Práticas de criação Infantil Práticas de educação Infantil Escola de educação Infantil Centro de convivência Infantil	Personalidade Subjetividade Individualidade Identidade Eu Singularidade

Tabela 1. Palavras-chave.

Posteriormente, foram realizados 72 cruzamentos na plataforma entre as palavras-chave da primeira e da segunda coluna da tabela. Com a realização dos cruzamentos, foram levantadas 273 referências. Para a realização dos cruzamentos, as palavras-chaves foram colocadas entre aspas, utilizando-se também o termo “and” para relacionar as palavras-chave na busca pelo material.

3.2.2. Seleção dos artigos científicos relacionados com a temática do estudo

Para a seleção dos artigos, foram lidos todos os títulos e/ou resumos das 273 referências encontradas, excluindo os estudos repetidos e os que não se enquadraram nos critérios de seleção, ou seja, textos em formatos de artigos, disponibilizados na íntegra, em língua portuguesa, publicados no período de 1996 a 2019, e que abordavam questões relacionadas à temática “Educação Infantil e Personalidade”. A partir disso, considerando o

¹ Na literatura científica, de acordo com Silva (2009) é comum o uso de termos como subjetividade, identidade, individualidade e personalidade como sinônimos, conforme será discutido posteriormente.

objetivo da pesquisa, foram excluídas 267 publicações, selecionando-se 6 artigos que atenderam todos os critérios específicos de inclusão na pesquisa.

3.2.3. Análise qualitativa dos artigos científicos que discutem temáticas relacionadas à Educação Infantil e constituição da personalidade da criança.

Para a análise dos artigos selecionados, foram realizadas leituras, na íntegra, do material. Os demais procedimentos de análise, estruturados na pesquisa, serão apresentados no próximo item.

3.3 Procedimentos de análise de dados

A partir da leitura, na íntegra, dos 6 artigos levantados, e conforme o conteúdo apresentado no material, foram construídas categorias de análise para a discussão dos dados, buscando-se indicar e discutir o panorama geral das produções acadêmicas encontradas, bem como temáticas recorrentes entre os trabalhos levantados e de grande amplitude na discussão sobre a constituição da personalidade na Educação Infantil.

As categorias de análise dos dados foram organizadas e serão apresentadas, a seguir, em quatro itens: 4.1. Produção Acadêmica sobre a Educação Infantil e Personalidade; 4.2. Concepções sobre Personalidade, 4.3. O papel do brincar na constituição da Personalidade, e 4.4. Propostas Pedagógicas e a Constituição da Personalidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Produção Acadêmica sobre a Educação Infantil e Personalidade

A partir da pesquisa realizada, constatou-se o número reduzido de materiais dedicados ao tema proposto, dentro da literatura científica nacional. Contudo, os artigos obtidos devem ser analisados em sua totalidade, buscando identificar particularidades, semelhanças e discordâncias, assim como suas relações com a base teórica escolhida. Cabe pontuarmos que, todos os artigos selecionados referem-se a *relatos de pesquisas* realizadas pelos autores. Apresentamos, a seguir, a tabela 2, na qual constam dados sobre os artigos levantados e selecionados.

	Título do Artigo	Ano	Campo de conhecimento e referencial teórico	Autores e Instituição	Participantes da Pesquisa	Tipo de Pesquisa
1	Processos de significação no brincar: problematizando a constituição do sujeito	2002	Psicologia: Abordagem Histórico-Cultural	Zanella, A. V., & Andrada, E. G. C. (UFSC)	2 crianças e 1 professora	Qualitativa : Estudo de Caso
2	A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação	2002	Filosofia: Teoria de Michel Foucault	Bujes, M. I. E. (UFRGS).	Não se aplica	Qualitativa: Pesquisa Documental
3	Adaptação do <i>Eysenck Personality Questionnaire</i> Júnior para pré-escolares: versão heterorrelato	2012	Psicologia: Teoria Cognitiva Comportamental	Santos, M. T., & Mendoza, C. E. F. (UFMG).	154 mães de 192 crianças.	Quantitativa: Etnográfico
4	Avaliação do temperamento aos 13 e aos 24 meses através do relato da mãe: validação da versão portuguesa do <i>Infant Characteristics Questionnaire</i>	2013	Psicologia: Teoria Cognitiva Comportamental	Carneiro, A. et.al. (USP)	687 mães	Qualitativa: Estudo de Caso
5	Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da educação infantil	2014	Psicologia: Abordagem Histórico-Cultural	Bissoli, M. F. (UFAM)	Não se aplica	Qualitativa: Teórico- Bibliográfico
6	No princípio era o ludens: integração do <i>self</i> do bebê através do brincar em creche	2017	Psicologia: Teoria Psicanalítica	Gonçalves, D. M. O., Silva, P. N. G., & Andrade, F. C. B (UFRGS).	12 crianças	Qualitativa: Etnográfico

Tabela 2. Artigos levantados e selecionados.

Segundo a Tabela 2, podemos observar que os estudos da psicologia prevalecem, sendo que, do conjunto total de 6 trabalhos encontrados, apenas 1 se situa no campo da filosofia. Considerando a Psicologia como um vasto campo de abordagens teóricas, as pesquisas se dividiram entre a abordagem Histórico-Cultural (n=2); a Teoria Psicanalítica (n=1); e a Teoria Cognitiva Comportamental (n=2). Em relação ao artigo proveniente da Filosofia, o autor se baseia nos pressupostos de Michel Foucault (n=1).

A partir do material selecionado, também foi possível realizar a categorização dos temas principais dos artigos, sendo identificadas produções sobre: o brincar e a constituição da personalidade nas instituições de Educação Infantil (n=2; Artigos 1, 6); o papel da Educação Infantil e das práticas pedagógicas na constituição da personalidade (n=2; Artigos 2, 5); e avaliação do temperamento das crianças na Educação Infantil (n=2; Artigos 3, 4).

Foi possível identificar que a maior parte das pesquisas (n=5) é qualitativa, se diversificando entre estudo de caso, teórico-bibliográfico, etnográfico e pesquisa documental. Podemos destacar também a grande presença das mães e das crianças como participantes das pesquisas. Tal frequência aponta para a escassez de pesquisas com a escuta voltada aos educadores e outros profissionais que estão intimamente ligados à Educação Infantil, e que possuem importante papel frente ao desenvolvimento das crianças. Outro dado significativo encontrado na análise, refere-se a variedade de autores que discutem a temática, indicando assim, que não existe uma linha de estudo consolidada sobre o tema no Brasil.

O conjunto de trabalhos levantados, permitiu o contato com aparatos pertinentes para área, possibilitando também, ponderações mediante os conteúdos já evidentes na literatura e reflexões a respeito da Educação Infantil e a constituição da Personalidade, viabilizando, assim, uma análise mais aprofundada sobre a temática, discutida nos próximos itens de análise.

4.2. Concepções sobre Personalidade

A análise dos artigos levantados no estudo, nos aponta para a diversidade de teorias que se propõe a discutir a constituição da personalidade. Considerando os diferentes campos que a temática perpassa e, mesmo no interior da Psicologia, as variadas concepções de personalidade se configuram de diferentes formas, estando intrinsecamente ligadas às concepções teóricas utilizadas. Sendo assim, o discurso sobre o conceito de personalidade se apresenta conforme a teoria que o aborda.

Dentro do conjunto total de 06 trabalhos levantados, 2 artigos (Artigos 3, 4), baseados na Teoria Cognitivo Comportamental, abarcam o termo Personalidade e Temperamento como sinônimos. Segundo Silva (2009) é comum, também, o uso de termos como subjetividade, identidade, individualidade e personalidade como sinônimos em artigos nacionais, para o estudo do caráter dinâmico do psiquismo.

Os artigos anteriormente mencionados, discutem sobre a validação de instrumentos que possuem o objetivo de efetuar uma avaliação do que denominam temperamento, bem como identificar e mensurar as características individuais das crianças, o que possibilitaria, segundo os autores, uma atuação interventiva por profissionais, em suas particularidades. Em tais artigos, defende-se a ideia de que os fatores biológicos e genéticos são determinantes na constituição da personalidade, tratada como traços temperamentais, sendo estes possíveis de serem identificados e analisados ainda na primeira infância.

Compreendemos que estes são conceitos que categorizam o desenvolvimento como um movimento estereotipado, que se referem às características inerentes do indivíduo como aspecto determinante no seu processo de desenvolvimento. No entanto, a corroboração de que as características individuais da criança são provenientes do biológico, tem sido refutada por estudiosos do campo do desenvolvimento humano. Segundo Sirgado (2000 p. 66) “é pelo outro que o eu se constitui em um ser social com a sua subjetividade”.

Já o artigo baseado na teoria psicanalítica (Artigo 6), adota a ideia de que a creche deve ser considerada como complementar a ação da família no desenvolvimento integral da criança. Os autores trazem, no texto, uma breve menção sobre a personalidade e sua constituição, porém não apresenta um conceito explícito sobre a concepção de personalidade adotada. Para essa sintética discussão do conceito de personalidade, os autores recorrem às formulações de Gomes (2011), que defende a ideia de que é a partir da relação que o sujeito tem com o meio e as experiências provindas desta, que o sujeito se constituirá. No artigo, relaciona-se a atividade lúdica, realizada no meio escolar, com a constituição do sujeito, que ocorreria por meio das relações que a criança estabelece através do brincar. Os autores afirmam a importância de um ambiente preparado para possibilitar o completo desenvolvimento da criança, enfatizando elementos sociais na discussão da formação da personalidade.

Os 2 trabalhos baseados na Teoria Histórico-Cultural (Artigos 1, 5), discutem a personalidade como proveniente do biológico e do social, que se constituiriam como duas forças motrizes com movimentos interligados, não independentes. De acordo com tais trabalhos, o desenvolvimento é histórico e social, sendo que a constituição da personalidade se dará através da harmonização do biológico e do cultural. Vale ressaltar que os artigos discutem a função do outro no desenvolvimento integral da criança, em diferentes perspectivas. Um dos trabalhos (Artigo 1) direciona sua discussão para a importância da relação com o outro na constituição da personalidade, se referindo tanto ao adulto quanto aos indivíduos da mesma faixa etária. Parte, ainda, da concepção de que o outro não seja necessariamente uma pessoa real, destacando a relevância do objeto no processo de significação e desenvolvimento da personalidade. Já o outro artigo (Artigo 5), constrói sua elaboração teórica afirmando o papel do educador como o outro que atua como mediador entre a criança e a cultura. Assumir a função de mediador significa agir de forma intencional,

envolvendo-se no processo, tornando-se responsável pela apresentação à criança das funções culturais dos objetos (Bissoli, 2014).

A partir do material levantado, constatamos que apenas 1 artigo (Artigo 2) se propõe a analisar a constituição da subjetividade da criança a partir da análise de uma normativa legal (o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Brasil, 1998), e ancorando-se na teoria de Foucault. Segundo Foucault, o indivíduo irá se constituir de forma dinâmica por meio das “práticas de si”, práticas essas, consideradas por ele, como referências disponíveis no coletivo. (Foucault, 1984/2004b, p. 276 como citado em Souza & Furlan, 2018). Uma normativa legal, enquanto referência coletiva, teria um importante papel na produção de subjetividades infantis. Compreendemos que tal teoria busca analisar elementos sociais para o entendimento da formação da personalidade, distanciando-se das explicações de cunho estritamente biológicas para compreensão da temática.

Dentro do conjunto de trabalhos encontrados e analisados, observamos que existem diferentes formas de se compreender a constituição da personalidade da criança, em concordância com a abordagem teórica que se propõe a estudá-la. A diversidade de opiniões a seu respeito surge como possibilidade de se explorar temas na e da Educação Infantil a partir de enfoques variados na área, mas por outro lado, problematiza-se a persistência de concepções que indicam a personalidade como biologicamente determinada, atribuindo um papel secundário às instituições de Educação Infantil frente a esse importante aspecto do desenvolvimento infantil.

4.3. O papel do brincar na constituição da Personalidade

Dentre os trabalhos analisados, verificamos que 2 artigos não apresentam argumentos sobre o brincar e suas possíveis influências na constituição da personalidade (Artigos 3, 4), sendo ambos baseados na Teoria Cognitivo Comportamental. Nos artigos, são

relatadas pesquisas para identificar traços de temperamento das crianças, sendo que o brincar perpassa discretamente o questionário e a análise de dados, mas não é explorado seu papel no desenvolvimento da personalidade da criança. Embora os trabalhos afirmem a possibilidade de se mensurar as dimensões temperamentais da criança, de modo que os profissionais possam atuar em tais dimensões, o brincar não foi considerado como uma atividade pedagógica e nem mesmo de intervenção clínica.

Entendendo que a abordagem Cognitivo Comportamental compreende a personalidade como traços biológicos, os autores, em interlocução com a teoria adotada, não destacam o brincar como componente importante no desenvolvimento, uma vez que, nessa visão, a personalidade já estaria formada e determinada biologicamente e o brincar não teria influência em sua constituição.

A presente pesquisa indicou, porém, que os demais artigos levantados (n=4), abordam e discutem o papel do brincar na Educação Infantil, como atividade fundamental no processo de significação e constituição do sujeito (Artigos 1, 2, 5, 6). Destacamos que tais artigos, conforme mencionado anteriormente, partem de referenciais teóricos diferenciados na abordagem da temática, sendo: teoria Histórico-Cultural (Artigos 1, 5), Foucaultiana (Artigo 2), e Teoria Psicanalítica (Artigo 6).

Dentre os artigos que discutem o papel do brincar na Educação Infantil (n=4), dois trabalhos discorrem brevemente sobre o brincar, sendo que, destes, um se baseia na teoria foucaultiana (Artigo 2), e o outro na teoria Histórico-Cultural (Artigo 5) na abordagem da temática. O artigo baseado na Teoria Foucaultiana (Artigo 2), apresenta o brincar a partir do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), destacando que o documento indica a atividade como capaz de proporcionar a criança novas significações, em relação ao mundo que lhe cerca e a si mesma. Já o artigo em que a autora se baseia na teoria Histórico-Cultural (Artigo 5) indica que, ao imitar o adulto na brincadeira, a criança é capaz

de perceber funções sociais do mesmo que ainda não domina, se tornado atraentes a ela, alavancando seu desenvolvimento. Vale ressaltar que o artigo traz os jogos de papéis como um dos responsáveis pela aprendizagem da criança.

Segundo Elkonin (1998 como citado em Magalhães & Mesquita, 2014) será por meio do jogo de papéis, atividade em que a criança de forma fictícia imita os papéis sociais que a cercam, compreenderá a teia de relações de seu grupo social. Segundo o autor, o jogo não necessita estar ligado à prática escolar para que propicie o desenvolvimento psíquico infantil, contudo, ao se tornar uma atividade mediada pelo educador, atinge níveis mais desenvolvidos. Logo, ao compreender o brincar como um componente fundamental para o desenvolvimento integral da criança, faz-se necessário profissionais com conhecimento teórico para que haja um real entendimento e valorização do brincar como motor do desenvolvimento, na Educação Infantil.

Ainda dentro do conjunto das produções acadêmicas que abordam o papel do brincar na Educação Infantil (n=4), 2 artigos (Artigos 1, 6) dedicam sua discussão exclusivamente à relação do brincar com a constituição das características e singularidades da criança, afirmando que enquanto a criança brinca, ela está produzindo e transformando significados. O artigo baseado na teoria psicanalítica (Artigo 6), ancorando-se em uma visão tradicional do brincar, classifica como atividade instintiva da criança, evidenciando que ele se posiciona como indicativo do processo de desenvolvimento da criança e seus sentimentos, já que possibilita vivências de caracteres criativos e a descoberta de si. Será por meio dele que se constituirá tanto aquilo que é de ordem coletiva, quanto do individual. Os autores, baseado em Winnicott (1975, p. 63) ainda enfatizam que “o brincar facilita o crescimento, o brincar conduz aos relacionamentos grupais, o brincar pode ser uma forma de comunicação”.

No artigo baseado na teoria Histórico-Cultural (Artigo 1), as autoras afastam-se da visão tradicional do brincar, adotada pelo artigo baseado na teoria psicanalítica (Artigo 6) e

que o classifica como uma atividade instintiva da criança, defendendo a ideia do brincar como uma prática capaz de propagar significados sociais, historicamente construídos, como também proporcionar a construção de novas significações sobre si, o outro e o mundo. De acordo com a Teoria Histórico-Cultural, o brincar se torna uma atividade relevante no processo de desenvolvimento da criança, uma vez que, por meio dele, a criança transforma em flexíveis e decifráveis, fatores antes considerados aflitivos e perplexos em suas vivências. (Gardner, Howard como citado em Ferreira, Misse & Bonadio, 2004). Através dele, a criança entra em contato com sentimentos prazerosos e resultados satisfatórios, assim como, com sentimentos de insatisfação e desapontamento. Esse conjunto de efeitos, coopera na formação da personalidade da criança, e na superação de suas aflições (Rolim, Guerra & Tassigny, 2008).

Segundo Vigotski (1998), será na brincadeira, por meio do brinquedo e da fantasia, que a criança terá as suas habilidades abstratas ampliadas. Segundo o autor, “é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos” (Vygotsky 1998, p. 64). Nesse sentido, é interessante notar que apenas 1 artigo (Artigo 1) aponta a importância do brinquedo no desenvolvimento infantil, destacando sua função como objeto que não determina as ações da criança, mas permite sua ação independente, possibilitando a construção de novas significações sobre si, o outro e o mundo.

Sendo assim, dentro do conjunto de artigos analisados, percebemos que o papel do brincar no desenvolvimento da personalidade, ora não é reconhecido, ora é enfatizado, a depender do referencial teórico adotado. Dentre os trabalhos que consideram o brincar como relevante ao processo de desenvolvimento infantil, notamos que o papel de tal atividade frente ao desenvolvimento infantil aparece de diferentes formas, em conformidade com a abordagem

teórica proposta a compreendê-lo. O alcance permitido pela pesquisa nos possibilita observar como o brincar e seu papel na constituição da personalidade tem se tornado pauta em pesquisas recentes, indicando que tal atividade tem conquistado seu espaço nas discussões sobre as instituições de Educação Infantil, e suas influências frente ao desenvolvimento da criança. Contudo, contestamos a permanência, no âmbito científico, de concepções que ainda partem de um olhar tradicional sobre o brincar, em que o considera como atividade intrínseca à criança, retirando o papel de creches e pré-escolas perante o brincar e o desenvolvimento da personalidade.

4.4. Propostas Pedagógicas e a Constituição da Personalidade

No que se refere às propostas pedagógicas de creches e pré-escolas, verificamos que 2 artigos (Artigo 3, 4), baseados na teoria Cognitivo Comportamental, não apresentam discussões sobre esse aspecto do atendimento escolar. Percebemos que o fato de os artigos não realizarem discussões sobre a proposta pedagógica e suas influências na constituição da personalidade da criança, está interligado a abordagem teórica adotada pelos autores. Uma vez que tal abordagem parte da concepção de uma personalidade proveniente do biológico, as práticas educacionais não teriam influência no desenvolvimento infantil.

Os demais artigos levantados na presente pesquisa (1, 2, 5, 6), no entanto, apresentam discussões sobre as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. Verificou-se que, os artigos baseados na Teoria Histórico-Cultural (Artigo 1, 5), adotam a visão de uma instituição escolar fundamentada em propostas pedagógicas que impulsionam o desenvolvimento integral da criança, com destaque para o papel do educador nesse processo.

Sobre o papel do educador junto às crianças, nas práticas pedagógicas, o primeiro artigo baseado na abordagem Histórico-Cultural (Artigo 1) destaca a importância da

relação da criança com o adulto, visto que este já está imerso no mundo simbólico, trazendo a função do educador no contexto do brincar e seu papel de compartilhar significações.

No segundo artigo baseado na teoria Histórico-Cultural (Artigo 5) podemos evidenciar que a autora defende práticas educacionais intencionais e sistematizadas que contribuam positivamente com o desenvolvimento infantil, promovendo a constituição da personalidade. Sendo o ambiente escolar o espaço sistematizado para educar, seu papel coletivo é possibilitar, por meio de recursos pedagógicos, o aprendizado dos significados dos objetos da cultura construídos socialmente, viabilizando o desenvolvimento integral da criança. Contudo, para que tal processo ocorra, é necessário que o educador compreenda que a sua metodologia contribuirá para a formação da personalidade da criança (Bissoli, 2014).

A autora de um dos trabalhos que se fundamenta nos pressupostos da teoria Histórico-Cultural (Artigo 5) distancia-se da ideia da atuação pedagógica apenas com o objetivo de propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento, mas define o conceito de educador como mediador no trabalho educativo, como aquele que se apropria da função de oportunizar o encontro da criança com o objeto de cultura, que será compreendido por ela. A atuação do professor não se restringiria, portanto, ao ato de colocar a criança em proximidade com o objeto, mas englobaria e implicaria o ato de possibilitar o contato da criança com a forma pela qual o objeto é utilizado socialmente (Bissoli, 2014).

No artigo baseado na Teoria Psicanalítica (Artigo 6), identificamos um destaque dado pelos autores, ao trabalho dos professores de educação física na Educação Infantil. Segundo o artigo, tal profissional teria importância fundamental no processo de desenvolvimento da criança, uma vez que este está apto a apresentar propostas pedagógicas com potencialidades comunicativas e contato corporal, de forma que possibilitem a formação de ligações emocionais. Focados na importância do brincar como atividade fundamental no desenvolvimento, o autor defende o conceito de uma prática pedagógica que permita que a

criança brinque sem a interrupção do educador, de modo que ele não retire a espontaneidade da brincadeira que virá da criança.

A nosso ver, para que o trabalho pedagógico interventivo seja eficaz no desenvolvimento da criança e na constituição da personalidade, a instituição escolar deve dispor de um ambiente adequado, desde seus profissionais à arquitetura do local. O trabalho pedagógico e as condições físicas necessárias devem então, estar entrelaçados para facilitar um sistema educacional que influi no desenvolvimento infantil. Sendo assim, compreendemos que, para que haja modificações estruturais e pedagógicas, se faz necessária a análise de diretrizes que regem o ensino infantil. Sobre esse aspecto, podemos destacar que apenas 1 trabalho (Artigo 2) traz a necessidade de se examinar as diretrizes governamentais referentes a Educação Infantil. Com base na teoria foucaultiana, o artigo se propõe a analisar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) como instrumento que possui o objetivo de gerenciar diversas ciências que tem por finalidade delinear características do comportamento infantil. De acordo com o artigo, o documento analisado se manifesta como instrumento pedagógico para efetivar raciocínios de diversos âmbitos das ciências sociais, constituir procedimentos, estabelecer padrões e arquitetura do espaço que terão efeito direto à criança, e ao sistema de Educação Infantil.

A preocupação com a organização do ambiente escolar também é proposta no artigo baseado na teoria psicanalítica (Artigo 6). Baseado em Winnicott (1975), este afirma que, para discutirmos sobre o brincar, antes, se faz necessário, pensar a respeito da organização do espaço, para que existam condições físicas adequadas para que o educador possa realizar seu trabalho com qualidade, contribuindo com a aprendizagem do indivíduo e a formação da sua personalidade.

Dessa forma, na presente pesquisa, no que se refere às propostas pedagógicas, verificou-se que, apesar da existência de produções acadêmicas que não consideram e/ou

valorizam a prática educacional como promotora do desenvolvimento infantil, a maioria dos artigos encontrados defende a importância de atividades educacionais que permitam que a criança vivencie situações em que possa se expressar, possibilitando que expanda seus registros culturais. Para tanto, afirma-se a relevância e a necessidade de profissionais preparados teoricamente, que compreendam o processo de desenvolvimento da criança, para que atuem de forma sistematizada e intencional. Acredita-se que as instituições de Educação Infantil, ao planejarem sua grade curricular, em conformidade com as suas particularidades organizacionais, preferências grupais, e singularidades educacionais, constituirão formas de proporcionar vivências promotoras do desenvolvimento infantil (Brasil, 2009).

Com a investigação, observou-se, sobretudo, o papel fundamental das escolas e do educador no processo da constituição da personalidade, sendo que, 4 trabalhos (Artigos 1, 2, 5, 6) referem-se ao profissional como um dos agentes promotores do desenvolvimento integral da criança por meio de práticas pedagógicas intencionais. Neste contexto, apresenta-se um movimento, ainda recente, que nos possibilita pensar em escolas e práticas pedagógicas mais funcionais e abrangentes nas instituições de Educação Infantil, atentas às especificidades, às singularidades e às subjetividades das crianças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos a presente pesquisa bibliográfica, com um conjunto total de 6 artigos científicos levantados sobre a constituição da Personalidade e a Educação Infantil, podemos perceber que o assunto, em questão, vem sendo pouco abordado nos trabalhos analisados via banco de dados utilizado, mas que se constitui como um campo fértil de estudos, capaz de fornecer novas percepções, bem como, indicar novos pontos e direções a serem explorados, a fim de gerar novos conhecimentos referentes à temática.

Neste estudo, ao buscarmos a interlocução da Educação Infantil com a concepção da personalidade, evidenciamos uma variedade de compreensões a respeito da constituição da personalidade e, por conseguinte, visões heterogêneas sobre o papel das instituições de Educação Infantil em tal processo. A existência de diversas opiniões e especulações sobre o lugar que a Educação Infantil ocupa no desenvolvimento integral da criança, evidencia a necessidade de ampliar os estudos na área, com a finalidade de aprofundar e esclarecer questões mais complexas do desenvolvimento, como a constituição da subjetividade da criança e suas particularidades, investigando também, como a compreensão deste processo tem afetado a atuação das escolas e dos profissionais da Educação Infantil.

Na investigação de aspectos relacionados às influências da Educação Infantil na constituição da personalidade, notamos que produções nacionais indicam a importância da relação da criança com o outro para seu desenvolvimento, sendo este um objeto e/ou adulto. A nosso ver, contudo, se tratando de creches e pré-escolas, se faz necessário que a relação entre os bebês e as crianças (relação bebê-bebê; bebê-criança; criança-criança) seja um fator importante a ser abordado academicamente. A escassez de discussões nessa direção, evidencia a carência de investigações que explorem e apontem a pertinência e as consequências dessas relações no espaço escolar para o desenvolvimento da criança. Torna-se, portanto, de grande relevância, pesquisas que se dediquem às significâncias dessas relações e suas implicações no

processo de desenvolvimento da personalidade, bem como que coloquem a relação entre bebês e crianças, no cotidiano institucional e nas atividades de brincar, como nova perspectiva de análise em pesquisas futuras.

A pesquisa bibliográfica destacou o potencial atribuído, por estudos, à prática do brincar no espaço educacional, valorizando-o como essencial no processo de desenvolvimento integral do indivíduo. Contudo, uma quantidade mínima de artigos trata sobre a estruturação e organização de um ambiente que, partindo da ideia de brincar como eixo estruturante da Educação Infantil, viabilize o desenvolvimento de recursos implicados na efetivação de propostas nessa direção e que contribuam com a formação da personalidade. Nesse sentido, considera-se essencial a realização de estudos que direcionem sua atenção às instituições de Educação Infantil de uma forma global, colocando em pauta a realidade estrutural, assim como, os alcances e limites impostos pelos recursos encontrados no ambiente escolar, sejam eles recursos físicos, materiais e humanos. Esperamos que os estudos nessa direção propiciem novos conhecimentos que potencializam mudanças voltadas para o aprimoramento estrutural e pedagógico da Educação Infantil.

O conjunto de artigos levantados, também indica a relevância das propostas pedagógicas estarem voltadas para a promoção do desenvolvimento integral da criança, com profissionais preparados. Há uma ênfase, em certas produções acadêmicas, no papel do educador e da prática pedagógica intencional, perante as especificidades do desenvolvimento da criança, ressaltando-se a necessidade de qualificação deste profissional. No entanto, um aspecto observado nas produções científicas é que, ainda que exista uma ênfase no papel dos profissionais das instituições de Educação Infantil perante o desenvolvimento da personalidade da criança, os mesmos tiveram pouco destaque nas pesquisas realizadas. Torna-se, portanto, de grande relevância, novas pesquisas que aprofundem na perspectiva desses profissionais sobre as práticas pedagógicas e o processo de escolarização.

Notamos, ainda, com a realização do presente estudo, uma carência de debates sobre as condições e os instrumentos necessários para nortear a prática docente e o trabalho pedagógico escolar. É nesse contexto, que consideramos ser importante a realização de investigações voltadas para a avaliação do espaço escolar como um todo e das políticas públicas que os constituem, de modo que sejam capazes, teoricamente, de identificar lacunas e avanços existentes no atendimento oferecido em creches e pré-escolas, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica. A construção de um arcabouço científico amplo sobre as propostas pedagógicas almejadas e desenvolvidas nas escolas, evidenciando-se as práticas inovadoras já efetivadas, soa frutífera nesse cenário.

Sendo assim, a presente pesquisa bibliográfica caracteriza-se como um delineamento de acordo com o objetivo da pesquisa, a fim de contribuir para uma maior compreensão do processo da constituição da personalidade em interlocução com a Educação Infantil. Consideramos de fundamental importância evidenciarmos, continuamente, os estudos realizados ligados ao tema proposto, para que possamos fornecer novos aparatos teóricos às futuras pesquisas, que se comprometam com a iniciativa de discutir a promoção do desenvolvimento integral da criança, dentro do espaço escolar. Dessa forma, visamos que a Educação Infantil amplie sua compreensão a respeito do seu papel no desenvolvimento do indivíduo, contribuindo de forma efetiva na constituição da personalidade da criança.

REFERÊNCIAS

Asbahr, F. da S. F., & Nascimento, C. P. (2013). Criança não é manga, não amadurece: Conceito de maturação na teoria histórico-cultural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 414-427. Recuperado em 30 Setembro de <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000200012>. 2013.

Bissoli, M. de F. (2014). Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da educação infantil. *Psicologia em Estudo*, 19(4), 587-597. Recuperado em 30 Setembro de <https://dx.doi.org/10.1590/1413-73722163602>.

Bissoli, M. F. (2005). *Educação e desenvolvimento da personalidade da criança: contribuições da Teoria Histórico-Cultural*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.

Brandau, R., Monteiro, R., & Braile, D. M. (2005). Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. *Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery*, 20(1), VII-IX. Recuperado em 10 Outubro de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-76382005000100004>.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília. DF: Imprensa Oficial.

Davis, C., Silva, M. A. S., & Esposito, Y. L. (1989). Papel e valor das interações sociais em sala de aula. *Cadernos de Pesquisa*, 71, 49-54. Recuperado em 10 Outubro de publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1168.

Diretrizes Curriculares nacionais para a educação infantil (2009). Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura.

Diretrizes nacionais para a educação básica (2013). Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura/ Brasília, DF: MEC/SEB.Sistema Educacional Brasileiro.

Ferreira, C., Misse, C., & Bonadio, S. (2004 out/dez.). Brincar na educação infantil é coisa séria. *Akrópolis*, Umarama, v. 12(, n. 4), , p. 222-223, out./dez. 2004. Recuperado em 20 maio de <https://doi.org/10.25110/akropolis>.

Garcia E., S., B. et al. (2012, fevereiro) Creche: abrigo de crianças ou espaços de educação infantil?. *Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta*, 2(2). Recuperado em 10 Setembro de <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/97/html>.

Gonçalves, D. M. et al. (2017, abr./jun.). No princípio é o ludens: integração do self do bebê através do brincar em creche. *Movimento – Revista da Educação Física da UFRGS*, 23(2), abr./jun. 2017. Recuperado em 10 Setembro de <https://doi.org/10.22456/1982-8918.64286>.

Kuhlman Jr., Moysés. (2000). Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, (14), 5-18. Recuperado em 10 de Setembro de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200002&lng=en&tlng=pt.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal.

Leontiev, A. N. (1978). *Actividade, consciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ciencias Del Hombre.

Lima, T. C. S., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, 10(spe), 37-45. Recuperado em 10 de Setembro de doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004.

Magalhães, G. M., & Mesquita, A. M. (2014, jan./abr.). O jogo de papéis como atividade pedagógica na educação infantil: apontamentos para a emancipação humana. *Nuances: estudos sobre educação*, Presidente Prudente-SP, 25(01), 266-279. Recuperado em 10 de Setembro de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2727/2531>.

Martins, L. M., Abrantes, A. A., & Facci, M. G. (2016). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento a velhice*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria da Travessa. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, DF: Ministério Educação e Cultura.

Nascimento, R. de O. (2014). *Um estudo da mediação na teoria de Lev Vigotski e suas implicações para a educação*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFU.

Nunes, M. F. R., Corsino, P., & Didonet, V. (2011). *Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*. Brasília, DF: UNESCO.

Oliveira, Z. M. R. (1988, jan./jun.). A creche no Brasil: Mapeamento de uma trajetória. *Revista Faculdade de Educação*, São Paulo, 14(1), 43-52. Recuperado em 10 Outubro. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-25551988000100004>.

Oliveira, Z. R. de (2002). *Educação infantil: Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

Pacheco, A. L. P. B., & Dupret, L. (2004). Creche: desenvolvimento ou sobrevivência? *Psicologia USP*, 15(3), 103-116. Recuperado em 10 Outubro. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642004000200006>.

Paschoal, J., D. et al. (2016). A educação infantil em foco: desafios e perspectivas para a educação de bebês. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, 11(4), 2174-2190. Recuperado em 10 Outubro. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n4.8530>.

Rolim, A. A. M., Guerra, S. S. F., & Tassigny, M. M. (2008, jul./dez.). Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. *Revista Humanidades*, 23(2), :176-80.

Silva, F. G. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, 28, 169-195. Recuperado em 10 de Setembro de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&tlng=pt.

Sirgado, P. A. (2000). O social e o cultural na obra de Vygotski. *Educação & Sociedade*, 21(71), 45-78. Recuperado em 10 de Setembro de <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000200003> Educação e Sociedade, 71, 45-78.

Souza, P. F. de, & Furlan, R. (2018). A questão do sujeito em Foucault. *Psicologia USP*, 29(3), 325-335. Recuperado em 10 de Setembro de <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170057>.

Tosta, C. G. (2012, jan./jun.). Vygotski e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. *Perspectivas em Psicologia*, 16(1), 57-67. Recuperado em 10 outubro de <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27548>.

Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*, Campinas, 21(71), 21-44, 2000. Recuperado em 10 outubro de <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a02v2171.pdf>.

Vygotsky, L. S. (1998). *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Vigotski, L. S. (1995). *Obras escogidas*. Madrid: Visor. t. III.

Vinha, M. P., & Welcman, M. (2010). *Quarta aula: a questão do meio na pedologia, Lev Semionovich Vigotski*. *Psicologia USP*, 21(4), 681-701. Recuperado em 10 Setembro de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003>.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.